

## RELATÓRIO Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 76, de 2022, da Presidência da República (nº 399/2022, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor ANTONIO ALVES JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica.*



SF/22397.64922-07

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

Chega ao exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Senhor ANTONIO ALVES JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Cumprindo exigência regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata. Também foram juntados o Relatório de Gestão do Chefe de Posto ao final da missão (em atendimento ao item IV do art. 383, do Regimento Interno e à Decisão do Plenário da CRE, de 14/05/2015) e o Planejamento Estratégico para o posto de destino (Ato nº 1/2021-CRE, aprovado em 06/07/2021).

O indicado é filho de Antonio Alves e de Aurora da Costa Aguiar Alves e nasceu em São Paulo – SP.

Em 1982, concluiu o curso de Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo e, no ano seguinte, pela mesma universidade, o curso de Ciências Sociais.

No Instituto Rio Branco, concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática (1985); de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1994); e de Altos Estudos (2007), ocasião em que defendeu a tese “A Secretaria do MERCOSUL: uma proposta de fortalecimento institucional”.

Iniciou sua carreira em 1985, como Terceiro-Secretário. Em 1990, tornou-se Segundo-Secretário; em 1997, chegou a Primeiro-Secretário; em 2003, a Conselheiro; em 2008, a Ministro de Segunda Classe. E, em 2017, a Ministro de Primeira Classe.

No Brasil, o diplomata serviu na Divisão Especial de Estudos e Pesquisas Econômicas, como chefe substituto, entre 1986 e 1989. Foi Conselheiro na Delegação Permanente junto a ALADI e ao MERCOSUL, entre 2004 e 2008; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Assunção, de 2008 a 2012; exerceu o cargo de Diretor de Relações Internacionais do Ministério da Cultura, entre 2012 e 2015; ainda em 2015, foi Encarregado de Negócios na Embaixada em Dacca; Diretor do Departamento da América Central, do México e Caribe, entre 2015 e 2017; Encarregado de Negócios na Embaixada em Havana, de 2017 a 2020; e Cônsul-Geral em Córdoba de 2020 até o presente.

Em sua carreira, o diplomata fez jus a distinguidas condecorações por parte do governo brasileiro.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Costa Rica.

Brasil e Costa Rica estabeleceram relações diplomáticas formais em 1906. O país possui longa tradição democrática e ativa atuação internacional, particularmente em temas relacionados à agenda de direitos humanos e meio ambiente. A Costa Rica figura como interlocutor relevante em fóruns internacionais e na conjuntura centro-americana.

O meio ambiente figura como um dos temas centrais da política externa da Costa Rica. O país lançou, em 2007, a iniciativa *Paz com a Natureza*, que incentiva os países em desenvolvimento a assumirem



compromissos adicionais de redução de gases de efeito estufa. Entre os eixos que compõem a iniciativa, destaca-se a conservação florestal como fator de mitigação da mudança do clima. Em outubro de 2016, a Costa Rica ratificou o Acordo de Paris sobre Mudança do Clima.

Em São José encontram-se sediadas a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e a Junta Interamericana de Agricultura (JICA), do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Costa Rica está amparado pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, firmado em 22 de setembro de 1997 e promulgado em 30 de dezembro de 1999. A cooperação técnica bilateral é implementada na modalidade de custos compartilhados em 50%, por se tratar a Costa Rica de país com nível de desenvolvimento semelhante ao do Brasil.

Na atualidade, a ABC (Agência Brasileira de Cooperação) e o governo da Costa Rica, por meio da Embaixada do Brasil em São José e da chancelaria costa-riquenha, estão negociando iniciativas que integrarão a agenda do programa de cooperação técnica bilateral para o próximo biênio. A Costa Rica solicitou cooperação nas áreas de aprendizagem industrial, medicamentos genéricos, medição de grupo e blindagem de rede, segurança cibernética e defesa civil. O Brasil, por sua vez, solicitará cooperação para o intercâmbio de técnicas de produção de café. A agenda será definida na III Reunião do GT de Cooperação Técnica Brasil-Costa Rica, que marcará a retomada oficial da cooperação técnica bilateral no pós-pandemia. A reunião está prevista para ocorrer entre 21 e 25 de novembro de 2022.

Em 2021 o fluxo de comércio Brasil-Costa Rica totalizou USD 397,2 milhões, com exportações brasileiras de USD 325,6 milhões e importações de USD 71,6 milhões. O saldo brasileiro foi de USD 254 milhões com destaque para automóveis; produtos semiacabados, lingotes e outras formas de ferro e aço; papel e cartão; e fios e tecidos especiais. As principais importações foram compostas por produtos para usos medicinais, cirúrgicos, dentários ou veterinários; vidraria; e válvulas e tubos termiônicos.

No período de janeiro a agosto de 2022, as exportações do Brasil para a Costa Rica somaram USD 328 milhões - cifra superior à registrada em todo o ano de 2021 - com superávit brasileiro de USD 255 milhões.



Em 2022, as vendas brasileiras concentram-se em aviões (USD 68,7 milhões); milho em grão (USD 37 milhões); produtos semimanufaturados de ferro ou aço (USD 34 milhões); automóveis (USD 24 milhões); caixas de papel (USD 6,5 milhões); e arroz com casca (USD 6,2 milhões). Entre os produtos mais importados pelo Brasil, destacam-se: garrações de vidro (USD 21,1 milhões); circuitos integrados (USD 9,7 milhões); sondas, cateteres e cânulas (USD 9,3 milhões); aparelhos de prótese (USD 5 milhões); e juntas de borracha vulcanizada (USD 3,7 milhões).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

